

Trabalho de professores/as e experiências educativas com mulheres privadas de liberdade da Escola Arthur Furtado

El trabajo de los docentes y las experiencias educativas con mujeres encarceladas de la Escuela Arthur Furtado

Daniela da Silva de Carvalho
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Teresina-Brasil
Mary Gracy e Silva Lima
(CESTI-UEMA/UESPI-NEEPE)
Teresina-Brasil

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como se desenvolve o trabalho de professores(as) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) existente no espaço de restrição de liberdade, pois se reconhece que existem outras condições de atuação docente em locais que não sejam efetivamente escolares. A metodologia desta pesquisa contemplou entrevistas e aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, voltadas aos(as) professores(as) que desempenham suas ações docentes no *lócus* da pesquisa, com base em Moreira; Caleffe (1996). Tem-se como base teórica mobilizada: Vieira (2008); Silva (2004); Laffin; Nakayama (2013), dentre outras referências. As análises apontaram para as dificuldades e, ao mesmo tempo, para a singularidade da ação docente a fim de alcançar resultados que possibilitassem às mulheres/reeducandas reinventar a própria história com autonomia e criticidade.

Palavras-chave: EJA; Trabalho docente; Prisões.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo indagar cómo se desarrolla el trabajo de los docentes en la educación de adultos (EA) en privación de la libertad, dado el reconocimiento de que existen otras condiciones de actuación en espacios no efectivamente escolares. La metodología de esta investigación incluyó entrevistas y aplicación de un cuestionario semiestruturado con preguntas abiertas y cerradas, dirigidas a docentes que realizan sus acciones docentes en el sitio de la investigación, con base en Moreira; Caleffe (1996). Los análisis de este estudio apuntan a las dificultades y, al mismo tiempo, a la singularidad de la acción docente para lograr resultados que permitan a las mujeres / reeducadoras reinventar su propia historia con autonomía y criticidad.

Palabras clave: EA¹; Trabajo docente; Prisiones.

Introdução

A seguinte pesquisa apresenta reflexões que possibilitam pensar a prática docente em estabelecimento prisional por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse sentido, busca-se, como objetivo, ampliar as noções de trabalho dos professores em espaço de privação de liberdade.ⁱⁱ Além disso, pretende-se investigar como se desenvolve esse trabalho, especificamente em uma penitenciária que atende as mulheres. Assim, com o intuito de compreender o ofício docente diante das particularidades de quem aprende e frente ao projeto de ensinar que caibam as finalidades da educação de pessoas adultas, busca-se, nesta pesquisa, analisar: Como se desenvolve o trabalho docente na penitenciária feminina de Teresina? As análises dos dados oriundos deste trabalho se constituem em torno da docência em espaço de privação e restrição de liberdade, no tocante a contratação, perspectivas, práticas pedagógicas e motivação que o(a) docente levou a lecionar no contexto prisional.

A metodologia utilizada contemplou entrevistas, aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, voltadas aos(as) professores(as) que desempenham suas ações docentes na penitenciária feminina de Teresina. Ademais, realizou-se entrevista e aplicação de questionário à Coordenadora de Ensino da Academia Penitenciária da capital, responsável por organizar, junto a Escola Certificadora Arthur Furtado, a oferta de cursos, atividades educativas, matrículas e quadro de professores.

Portanto, a metodologia deste trabalho possui caráter qualitativo e exploratório, realizada mediante análise documental de textos legais e de orientação, com coleta de dados estatísticos disponibilizados tanto no âmbito da Secretaria de Educação (Seduc), como também verificados em relatórios e levantamentos feitos pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEPEN/MJSP). Essa coleta de dados baseou-se em três categorias de análise: docência, práticas educativas e EJA desenvolvida em espaços de privação de liberdade.

Conforme Laffin e Nakayama (2013), Vieira (2008), Silva (2004) e Onofre (2011; 2015), no trabalho docente, é primordial conduzir o resgate da motivação necessária para a aprendizagem, além da recondução de valores e condutas éticas fundamentais para o aparecimento da autoestima necessária ao(à) reeducando(a) nesse contexto em particular.

Penitenciária Feminina do município de Teresina: situando o contexto empírico da pesquisa

Buscando aferir aspectos relativos à Penitenciária Feminina, localizada no Km 07, do Bairro Santo Antônio, em Teresina, capital do Piauí, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) realizou trabalho junto ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) no ano de 2018 para avaliar se as características e resultados caminhavam consoantes às normativas nacionais e internacionais previstas para a reorganização do sistema prisional brasileiro, no tocante ao tratamento penitenciário.

Infelizmente, os resultados encontrados apontam para um quadro nada satisfatório, permanecendo a perspectiva tradicional de confinamento de pessoas desvalorizadas e marginalizadas, havendo poucas alternativas viáveis para o que prevê a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 que afirma, em seu Art. 10: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 2008, p. 21).

Em contraste, a situação torna-se mais agravante no que diz respeito ao público feminino, que vivencia diariamente um tratamento inadequado às suas demandas e necessidades, em vista do que as unidades cometem em seus aspectos institucionais, falhas graves que reforçam os mecanismos de desatenção para com a mulher presa. Tendo isso em vista, durante a pesquisa, esse aspecto foi percebido pelo mecanismo de monitoramento da permanência de mulheres em regime fechado, que encontravam-se no mesmo compartimento que mulheres em regime semiabertoⁱⁱⁱ, o que, segundo o relatório, transgride seriamente as normas instituídas.

Conforme a listagem de pessoas presas, fornecidas ao Mecanismo Nacional, no dia da visita, ocorrida em 05/04/2018, havia 106 mulheres presas. Dessas, 47 eram presas provisórias^{iv} e 59 sentenciadas. Ainda desse total, 30 delas estavam em cumprimento de pena no regime fechado e 09 no semiaberto. 20 delas aparecem como “trabalho externo”. Em outra listagem, também fornecida pela gerência à equipe do Mecanismo, mas datada de 04/04/2018, aparecem 38 mulheres no Pavilhão A, 52 no Pavilhão B e 20 em trabalho externo, o que totaliza 110 presas (PIAUI, 2018).

Corroborando com as informações, o cadastro de inspeção gerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que não há separação entre presas provisórias e aquelas com processos transitados em julgado, assim como não existe separação entre as detentas recém ingressas e as reincidentes. Quanto a essa temática, uma das Regras de Mandela, a de número 11, é clara quando menciona que a separação entre os presos deveria obedecer aos critérios objetivos como sexo, idade, antecedentes penais e motivos da detenção (BRASIL, 2016). Além disso, o Art. 84 da Lei de Execução Penal (LEP) determina que presos sentenciados ou reincidentes, sejam mantidos separados em “Seção distinta” daqueles ainda não julgados (BRASIL, 2008, p. 48).

Escola da Penitenciária Feminina

Diante da necessidade de compreender as práticas educativas e especificidades da atuação profissional docente com mulheres reeducandas, compreende-se o contexto da escola estadual que oferece a EJA para o público privado de liberdade em parceria com a Secretaria de Educação (Seduc) e com a Secretaria de Justiça (Sejus).

Atualmente, tanto os docentes como o público privado de liberdade fazem parte da instituição escolar Professor Artur Furtado. Dentro dessa sistemática de ensino, a Educação de Jovens e Adultos é a modalidade na qual ingressam as pessoas privadas de liberdade. Para tanto, a Secretaria de Justiça fiscaliza e concede o espaço físico, enquanto a Secretaria de Educação fornece o quadro de professores.

Para a oferta de educação são concebidos testes de diagnósticos organizados pela equipe da coordenação de ensino, aplicados antes do calendário escolar entrar em vigor. Esse procedimento visa o conhecimento do perfil escolar do(a) reeducando(a) que ingressará nas atividades educacionais do sistema prisional, em razão da dificuldade de conseguir dos(as) alunos(as) assistidos(as), as documentações que comprovem sua escolaridade. Trata-se de um procedimento que propõe ajudar na efetivação de matrículas e formação de turmas.

Anualmente, os(as) alunos(as) matriculados(as) na EJA fazem revisões preparatórias para vestibulares (Pré-Enem/Seduc). Essa é uma ação que ocorre antes da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja PPL)^y para aqueles que irão concluir o ensino

médio, conforme dados fornecidos pela Coordenação de Ensino da Academia Penitenciária do Estado (PIAUÍ, 2019).

O projeto Pré-Enem/Seduc destaca-se ao ser realizado pela equipe de professores(as) que atuam no preparatório de jovens que pretendem ingressar no ensino superior, sendo a mesma que atende aos jovens do sistema prisional de todo o estado. De acordo com a coordenadora de ensino entrevistada, da Diretoria de Humanização e Reintegração Social (Sejus), Jussyara Valente de Amorim, o ato gira em torno de menos de seis unidades prisionais que são agregadas na Casa de Custódia de Teresina, em um ginásio onde chegam a ter cerca de duzentas pessoas reclusas.

A seguir estão as Figuras^{vi} 1, 2 e 3 que fazem referência ao projeto Pré-Enem/Seduc.

Figura (1): Revisão Enem PPL



Fonte: Relatório (PIAUÍ, 2018).

Figura (2): Revisão Enem PPL



Fonte: Relatório (PIAUÍ, 2018)

Trabalho de professores/as e experiências educativas com mulheres privadas de liberdade da Escola Arthur Furtado

Figura (3): Professores(as) do Pré-Enem Seduc



Fonte: Relatório (PIAUÍ, 2018).

A Penitenciária Feminina de Teresina é uma das poucas unidades que comporta a Educação de Jovens e Adultos em todas as etapas da educação básica, desde a alfabetização ao ensino médio. Por outro lado, com relação ao interior do estado, o atendimento educacional passa pela penitenciária de Bom Jesus, Floriano, Oeiras, Picos (modalidade masculina), Parnaíba, com perfil misto (homens/mulheres) e Esperantina. Desse modo, a EJA em sua modalidade completa que corresponde à educação básica em sentido estrito, existe apenas na Colônia Agrícola Major César e na penitenciária feminina da capital de Teresina, nas demais unidades apenas primeira, segunda e terceira etapa que correspondem, respectivamente, à alfabetização, segundo e terceiro anos, quarto e quinto anos.

Figura (4): Salas de Aula



Fonte: Relatório (PIAUÍ, 2018).

Segundo a coordenadora, para o fortalecimento da educação básica ofertada, utiliza-se a rede tecnológica do Canal Educação voltado para o Enem. O Canal Educação acontece através de mediação e aulas gravadas, o professor(a) conduz sua atividade e na hipótese de haver intervenção por parte do(a) aluno(a), existe o monitor presente que acompanha e faz uma intermediação, levando os questionamentos até o docente. Esse canal está presente na penitenciária de Teresina, mas não contempla a todas as unidades prisionais.

Além do Canal Educação, que acontece paralelo a EJA, a coordenação de ensino do estabelecimento penal contempla o Programa Nacional de Inclusão de Jovens^{vii} (Projovem Urbano), presente apenas na unidade prisional Irmã Guido e na penitenciária de Teresina, voltado para pessoas privadas de liberdade que já foram sentenciadas, como forma de garantir início, meio e fim do programa. Tem como objetivo a conclusão do ensino fundamental pelo reeducando, por meio da Educação de Jovens e Adultos, além de propiciar qualificação profissional de modo integrado a modalidade. Trata-se de um programa pioneiro dentro do sistema prisional (PIAUÍ, 2019), como se pode anunciar na figura seguinte.

Figura (5): Alunas do Projovem Urbano em apresentação cultural



Fonte: Relatório (PIAUÍ, 2018).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovem objetiva reintegrar, elevar a escolaridade e promover a formação cidadã e profissional por meio de curso com duração de dezoito meses. Na unidade prisional feminina de Teresina, o programa é um dos que mais se destaca, de modo que existe os docentes que atuam na EJA e aqueles que atuam

exclusivamente no Projovem Urbano junto as alunas/reeducandas participantes (PIAUÍ, 2018).

Docência em ambiente de privação de liberdade na política pública educacional da EJA: dialogando com a produção dos dados da pesquisa

O trabalho de professores(a)s em espaço de privação de liberdade e suas especificidades trazem implicações para as finalidades da questão objetiva desta pesquisa, na qual se buscou selecionar participantes do quadro docente que compusessem a amostra. Desse modo, do total de 15 (quinze) docentes, optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas com apenas 5 (cinco) deles. O instrumento utilizado tinha como foco demandas da atuação profissional nesses espaços.

Conforme ponderam Moreira e Caleffe (1996, p. 174), “a seleção dos participantes é intencional; na essência isso significa que a amostra é selecionada levando-se em consideração as pessoas que podem efetivamente contribuir para o estudo”. Assim, esse tipo de amostra, no método qualitativo, tem como fundamento selecionar informações em profundidade. Dessa forma, não é preciso realizar entrevistas em grande quantidade para se chegar à “casos ricos” em informações que o instrumento pode possibilitar para a amostra. A escolha deu-se a partir dos seguintes critérios: idade, tempo de trabalho na penitenciária e tempo de experiência profissional.

Tendo em vista essas considerações, apresenta-se o quadro dos(as) professores(as) entrevistados(as)^{ix} para que seja possível visualizar o perfil dos/as participantes.

Quadro 1 – Perfil dos docentes entrevistados

Entrevistado	Idade	Formação	Tempo de trabalho na Penitenciária	Tempo de carreira docente
DOCENTE 1	Possui mais de 50 anos	Graduação em Pedagogia	1 ano e 7 meses	20 anos
DOCENTE 2	Possui mais de 40 anos	Graduação em Sociologia e História	15 anos	Mais de 11 anos

DOCENTE 3	Tem 38 anos	Graduação em Arte e Especialista em Artes Visuais	15 anos	23 anos
DOCENTE 4	Possui mais de 30 anos	-	Menos de um ano	Mais de 11 anos
DOCENTE 5	Possui mais de 30 anos	-	Acima de seis anos	Mais de 11 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

De modo geral, os(as) docentes^x possuem experiência profissional há mais de onze anos e menos de seis anos junto ao público privado de liberdade em geral, com dedicação parcial de vinte horas semanais em apenas um turno. Todos declararam exercer atividade docente fora da instituição prisional. Comumente, os profissionais são cedidos pelo governo do estado, através de convênio realizado entre Secretaria de Educação (Seduc) e Secretaria de Segurança Pública (SSP), e declararam ter escolhido o ofício de professores(as) da unidade de forma voluntária.

A rotina das atividades escolares na penitenciária feminina é bastante peculiar por estar inserida em uma instituição de execução penal. A Docente 2 acentua e torna nítida esta afirmação, ao expressar-se da seguinte maneira:

Quando se trabalha lá fora, a gente não vê essas diferenças de forma mais nítida. Mulheres vindas de uma vida totalmente marginalizada, permite uma humanidade maior, de você se colocar no lugar da pessoa e você se tornar mais humano. Além da experiência profissional, tem também o crescimento pessoal, ainda mais quando se trabalha com mulher, a gente cresce muito como ser humano. (DOCENTE 2).

A professora deixa explícito o crescimento pessoal no âmbito da relação humana no exercício da profissão. Além disso, reconhece o que ela denomina de “público marginalizado”, tanto pela sociedade quanto pelos próprios agentes penitenciários que veem a educação não como um direito mas como um privilégio, perspectiva essa que vem sendo desconstruída com o passar do tempo.

Em suas falas, os(as) docentes demonstram ter consciência das diferenças que demarcam suas atividades no interior e fora da instituição penal em comparação com a escola regular. As perspectivas em relação ao espaço de privação de liberdade, tendo em

vista suas contradições, constituem em “primeiro momento, tentativas, experiências para a partir disso, estabelecer as suas práticas” (LAFFIN, NAKAYAMA, 2013, p. 161). Isto ocorre dado o contorno específico que a educação ganha.

Oliveira (2021) defende que para se chegar à cela, à sala de aula e para se planejar as atividades, há um processo mais dificultador do que aquele que acontece na instituição de ensino. O professor não lida só com sua área de formação, mas tem que lidar com outros campos do saber, com outras regras, com outras questões que não necessariamente aquelas da formação, o que requer habilidades relacionais, éticas e múltiplos conhecimentos que, por vezes, vão sendo adquiridos no decorrer das práticas. A prisão tem seus objetivos próprios, a educação tem os seus, com a finalidade de viabilizar o acesso ao conhecimento que a humanidade produziu, premissa fundamental do direito (OLIVEIRA, 2021, s/p.).

Na atuação em espaço de privação de liberdade, os(as) professores(as) da penitenciária feminina elencaram algumas características identificadas como positivas e negativas. Para o primeiro caso, ressaltam a mudança de mentalidade, quebra de preconceitos, ampliação do conhecimento e as relações interpessoais construídas com as reeducandas. Além disso, falaram do crescimento interpessoal alcançado pela experiência profissional que se constrói mediante a crença na construção de um mundo melhor. Em relação aos pontos negativos, em sua maioria, eles (as) falaram da estrutura física, da ausência de material didático, da grande rotatividade, do desinteresse, da dificuldade de recuperação, do preconceito e da descrença dos agentes penitenciários na proposta educacional, embora hoje em grau menos acentuado.

O cenário da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto política educacional presente nos estados insere as pessoas privadas de liberdade e “deve ser entendida como um processo permanente, ao longo da vida” (ONOFRE, 2015, p. 240). Desse modo, compreende-se um universo de características específicas ao considerar a docência e a construção de caminhos possíveis diante de situações difíceis.

Ao serem questionados(as) sobre as dificuldades, os(as) docentes acentuam a grande rotatividade que existe nas atividades educacionais, o que significa dizer que nessa trajetória há muitas descontinuidades, como alunas que não chegam ao final das etapas de ensino ou ainda alunas que iniciam e depois desistem. Um alvará de soltura ou mesmo a

própria desistência das alunas dificulta a finalização dos ciclos de ensino, conforme situa a Docente 2, ao passo que sinaliza sua concepção sobre o programa escolar da penitenciária:

O programa é positivo, nos dá uma visão menos preconceituosa em meio a situações difíceis, então aqui nós vemos mulheres que já sofreram violência doméstica, mulheres homossexuais, muitas lésbicas, a gente aprende a lidar com as diferenças e isso é muito bom. Nos aspectos negativos, a gente encontra dificuldades para trabalhar, desenvolver a educação aqui dentro. Inicialmente foi muito difícil porque eles não compreendiam a importância da educação, são quinze anos aqui e era comum eles dizerem “Educar pra quê, esse pessoal aí não precisa disso, tem que ficar é trancado mesmo”, eles não têm esse direito, achavam que educação era uma regalia enquanto na verdade a educação é um direito universal não diferente do direito adquirido por crianças, jovens lá fora, então esse direito não está fora do alcance delas e aí as vezes eu dizia: “gente, mas vocês não acham que seria pior se esse povo passasse 24h trancado?” Sim, seria pior pra vocês, porque quando elas saem para assistir aula nós estamos educando, até mesmo para elas saberem lidar melhor com vocês (DOCENTE 2).

Em todos os(as) professores(as) entrevistados foi possível perceber uma “prática docente como prática social que visa à transformação” (SILVA, 2004, 165), seja pela organização da sala de aula, seja pelos critérios para organização de conteúdos e atividades, como afirmam Laffin e Nakayama (2013). O Docente 3 aponta: “Aqui tem resultado, apesar de que também tem o lado negativo, mas é possível perceber que tem como mudar” (DOCENTE 3). A Docente 2, por sua vez, enfatiza essa preocupação de mudança nas palavras seguintes:

[...] a educação liberta, transforma. Eu vejo muito por esse ângulo, a crítica social dos conteúdos de que a gente não pode só repassar os conteúdos, vemos em Vygotsky, então eu sou professora de história e devo procurar repassar o conteúdo de forma crítica, eu vou desenvolver a criticidade delas, um dos meios objetivos aqui é esse, fazer elas se perceberem como sujeitos da própria história e procurar fazer isso de forma a contextualizá-las no Brasil e no mundo, de forma que elas percebem que são capazes de transformar a própria história e a história do próprio país (DOCENTE 2).

Nesse ponto é possível retomar a concepção do ser como vocação humana. Freire (2020) afirma que os seres humanos, movendo-se no tempo e no espaço, precisam cumprir sua vocação que se realiza no destino. Este, por sua vez, atua como possibilidade de mudança que passa pelo “poder do reconhecimento e **do** raciocínio crítico, evidenciando que existem múltiplas formas de viver” (ONOFRE, 2015, p. 249, grifo nosso).

Trabalho de professores/as e experiências educativas com mulheres privadas de liberdade da Escola Arthur Furtado

Para os docentes, outro aspecto comum percebido nas reeducandas é a baixa autoestima, como apontado igualmente por Laffin e Nakayama (2013). A Docente 1 expõe esse conflito:

Tentamos sempre trazer o mundo de oportunidades lá fora para a realidade vivenciada aqui dentro. Fazemos sempre um trabalho voltado para a autoestima, é importante levar em consideração que às vezes elas estão desanimadas e tristes, muito comum nas segundas-feiras, por exemplo, porque no dia anterior houve visita com as famílias. Precisamos reanimá-las após esses momentos [...] O professor que tiver a oportunidade de trabalhar no sistema prisional, eu recomendo: que não perca essa oportunidade, porque é muito bom, muito bom mesmo (DOCENTE 1).

Diante da discriminação que considera ser muito presente, a professora defende a importância do autoconhecimento adquirido pelas alunas reeducandas; mais do que isso, há a tentativa de fazer com que elas conheçam o lugar onde estão, suas realidades, com o intuito de mostrar o espaço da sala de aula como um local diferenciado, um espaço aberto e acolhedor que reflete as oportunidades que não tiveram. O conhecimento posto em prática, que leva a conscientização da própria condição histórica, é levantado pela professora, que revela alegria e entusiasmo ao fazê-lo em uma relação legítima de ensino.

Vieira (2008), em semelhante trabalho realizado com professores/as de uma escola prisional do município de Florianópolis, corrobora com essa discussão quando fala das interações entre educador(a) e reeducando(a) na busca pela construção de sentidos e significados diante das adversidades:

*As boas interações daquele espaço fazem com que os professores [...] sejam responsáveis por falarem mais em satisfação e prazer do que em sofrimento e mal-estar no exercício da profissão. Longe de considerarmos o trabalho docente, realizado em meio a um quadro reconhecidamente de dificuldades estruturais e materiais, plenamente satisfatório, **contudo**; não podemos deixar de enfatizar, a positividade dos discursos dos professores sobre as relações estabelecidas entre as pessoas na escola da prisão (VIEIRA, 2008, p. 120, grifo nosso).*

Desse modo, as práticas genuinamente pedagógicas são um alento de encorajamento, pois antes de tudo os professores são portadores de uma mensagem cultural e social, sua atuação irá refletir em um carregamento de intencionalidade política/ideológica (NÓVOA, 1997). De maneira geral, é possível afirmar que os docentes acreditam na função da educação escolar em espaço de privação de liberdade.

Nesse contexto, é interessante notar que se trata de uma atuação profissional movida por uma mensagem social ao assumirem e carregarem em suas falas o sentido de superação, incentivo e o desejo de permitir às mulheres/reeducandas da prisão a possibilidade de reinventar a própria história. Ficam evidentes as dificuldades e, ao mesmo tempo, a perseverança de ambos os professores para o alcance dos objetivos fundamentais da educação em âmbito prisional.

Algumas considerações

Esta pesquisa emergiu do interesse pela busca em compreender a docência em espaços de privação de liberdade. Com a formação inicial em Pedagogia, permitiu-se aderir às possibilidades de análise da prática de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no papel de política educacional presente no interior das instituições penais do país enquanto mecanismo que transforma realidades e, ao mesmo tempo, que repara demandas sociais e educacionais que por motivos diversos, foram interrompidas e não concretizadas ao longo da vida. A garantia do direito passa pelo campo educacional quando se viabiliza às pessoas privadas de liberdade, reconhecerem-se como porta-vozes de criatividade, de autonomia, de contributos individuais e coletivos frente a novas possibilidades garantidas institucionalmente.

Ressalta-se que esta pesquisa agregou interesse crescente, pois possibilitou novas análises referentes às práticas educativas e suas especificidades com mulheres em situação de privação de liberdade. Como foi possível verificar, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educativa presente que abriga diferenças fundamentais quando se compara sua oferta nas redes de ensino fora das prisões. A tríade da dinâmica institucional para a efetivação do direito à educação passa pela Escola Artur Furtado, instituição que recebe as matrículas dos(as) reeducandos(as); pela Secretaria de Justiça (Sejus), que fiscaliza e concede o espaço físico; pela penitenciária feminina de Teresina e pela Secretaria de Educação (Seduc), que fornece o quadro de professores.

Apesar do ambiente hostil, tendo em vista a dinâmica de vigilância, o controle e a punição, os(as) docentes entrevistados(as) demonstraram crença na educação por meio da intencionalidade das práticas pedagógicas direcionadas ao público-alvo, suas experiências e bagagem cultural, não importando a condição estigmatizante, mas sim a autoestima para poder aprender no acontecimento das aulas. A atuação do(a) professor(a) tem papel

importante na mediação de saberes e está de acordo com o princípio constitucional da LEP (1984), que prevê a assistência, bem como a recondução da pessoa presa para o convívio social, mas, consciente das condições históricas que lhes são externas, alerta que esse é um processo que deve ocorrer ao longo da vida.

Esta pesquisa amplia as noções de trabalho docente que media relações entre alunos(as), agentes da penitenciária e instituições envolvidadas. De acordo com os docentes entrevistados, marcam esse trabalho as habilidades éticas, as relacionais e os conhecimentos multidisciplinares que não necessariamente sejam os da formação. O *modus operandi* da prisão tem objetivos próprios e distintos daqueles presentes na instituição de ensino. Por outro lado, há uma série de fatores que merecem atenção: a estrutura física, a ausência de material, o preconceito, a baixa autoestima, a grande rotatividade e a desistência das alunas, aspectos que dificultam a finalização dos ciclos de aprendizagem.

Estas ponderações suscitam a necessidade de um olhar mais atento ao trabalho docente desenvolvido em espaços de privação de liberdade, uma vez que se evidenciam carências e necessidades que impactam a atividade docente e, principalmente, toda a sociedade, a mais afetada pelas contribuições pedagógicas para o contexto da execução penal contemporânea com base nos objetivos próprios da educação nesse âmbito.

Referências

BRASIL. **Lei de Execução Penal:** Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações (Série Legislação; n. 11, 121 p.) - Brasília: 2008.

BRASIL. **Regras de Mandela:** regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos/ Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LAFFIN, M. H. L. F; NAKAYAMA, A. R. O Trabalho de Professores(as) em Um Espaço de Privação de Liberdade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 155-178, jan./mar. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/jj/edreal/a/RKH5yPBvcVjLwjRf4mj4VBM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de out. de 2020.

MOREIRA, Herivelton; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

OLIVEIRA, C. B. F. **Reflexões sobre a docência em contextos de privação de liberdade** [Webinário]. Grupo de Pesquisa e Extensão Educação em Prisões (GPEP/Ufal). Maceió: Alagoas, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auQvYngnllY&t=221s>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

PIAUÍ. Secretaria de Justiça. **Relatório**. Diretoria de Unidade de Humanização e Reintegração Social (Coordenação de Ensino). Teresina: 2018.

PIAUÍ. Secretaria de Justiça. **Relatório**. Diretoria de Unidade de Humanização e Reintegração Social (Coordenação de Ensino). Teresina: 2019.

PIAUÍ. **Relatório de Missão a Unidades de Privação de Liberdade do Estado do Piauí**. Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura (MNPCT), 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacaoocidadao/participacao-social/RelatorioPiauiFinal2018ISBN.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

SILVA, M. C. V. Maria. **A prática docente da EJA: o caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. **Trabalho Docente: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Notas

ⁱ Sigla referência a educação de adultos na Europa. É usado especialmente em Portugal e em países de língua espanhola.

ⁱⁱ Referência ao estudo realizado por Laffin e Nakayama (2013) sobre o trabalho de professores(as) em espaço de privação de liberdade.

ⁱⁱⁱ No regime semiaberto, a pessoa que sofreu condenação e estar sob cumprimento de pena pode obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, em casos previstos pela Lei 7.210/84: "visita à família", "frequência a curso supletivo profissionalizante", etc.

^{iv} Existem duas espécies de prisão no Brasil: prisão cautelar ou provisória e prisão pena. A primeira enquadra o tipo de prisão em flagrante, em temporária e em preventiva que ocorre durante trâmite processual jurídico. A segunda, por sua vez, ocorre com a condenação do acusado ou da acusada pela prática de crime. Para mais informações, no site a seguir: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/preso-provisorio>.

^v A sigla PPL faz referência às pessoas privadas de liberdade, candidatos(as) de unidades penais, adolescentes e pessoas jovens e adultas sob medida socioeducativa que desejam ingressar no ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio ou nas modalidades educativas ofertadas: EJA e ENCCEJA. O exame nacional se aplica de modo semelhante para todos os estudantes brasileiros. Para mais informações, no site a seguir: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/enem-ppl-saiba-tudo-sobre-essa-modalidade>.

^{vi} Para coleta das figuras em Relatório (2018/2019), houve Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em vista da presente proposta de pesquisa.

^{vii} O pioneirismo da implantação do Projovem Urbano em unidades penais, primeiramente passou pelos estados do Rio de Janeiro, Acre e Pará nos anos de 2009 e 2011, como afirma Borda (2015). Em todo caso, continua presente em muitas unidades prisionais com a proposta de ajudar a população jovem das prisões do país.

^{ix} Além dos professores(as) também foi realizada entrevista com a Coordenadora de Ensino da Academia Penitenciária do Piauí e da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus). Teresina: 2019.

^x Por cumprimento de recomendação ética, identifica-se os professores(as) por nomes fictícios. Houve consentimento de todos(as) em vista da presente pesquisa.

Sobre as autoras

Daniela da Silva de Carvalho

Pedagoga e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Pesquisadora e bolsista (Capes/CNPq), do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Práticas Pedagógicas e Curriculares de Profissionais da Educação (NIPPC/PPGED/UFPI); Membro do Grupo de Pesquisa Educação em Prisões (GPEP/CEDU/UFAL) e atualmente, profa. tutora no curso “Desenvolvimento profissional docente: reflexões sobre a docência em contextos de privação de liberdade”, desenvolvido pelo GPEP. E-mail: danielacarvalho.academia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8954-612X>.

Mary Gracy e Silva Lima

Mary Gracy e Silva Lima, Licenciatura em Pedagogia. Mestrado (UFPI) e Doutorado em Educação (PUC-SP), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Universidade Estadual do Maranhão (CESTI-UEMA). Membro do NEEPE (UESPI). mgracysl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6339-6557>.

Recebido em: 20/10/2021

Aceito para publicação em: 03/11/2021